

**DA ESCRITA E DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA:  
UM *OPVS SEMPER PERFICIENDVM***

*Delfim F. Leão*<sup>1</sup>

No preâmbulo a uma obra que reflete sobre as dinâmicas da transmissão do saber e sobre a tarefa de fixação do texto escrito em diferentes suportes materiais, valerá a pena evocar, ainda que muito brevemente, a obra de Diodoro Sículo, autor grego ativo no séc. I a.C. A ele se deve a empresa de escrever uma história universal – a *Biblioteca* (βιβλιοθήκη, conhecida em latim como *Bibliotheca Historica*) – que procurava abarcar a história da humanidade, desde os tempos mitológicos até ao período em que vivera o seu autor. Trata-se sem dúvida de um trabalho monumental (em 40 livros), de que infelizmente apenas menos de metade sobreviveu de forma completa, para além dos fragmentos preservados dos restantes. Ainda assim, possui uma importância capital, em particular quando os eventos que relata são abordados de forma lacunar por outras fontes ou nos permitem reconstituir informação que ele recolheu em autores cujas obras entretanto se perderam. Num dos volumes iniciais, em que discute precisamente a geografia e etnografia da ‘terra habitada’ (*oikoumene*), Diodoro aborda o mito dos ‘nascidos da terra’ (*autochthones*) e a maneira

---

<sup>1</sup> Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, Universidade de Coimbra: leo@fl.uc.pt, <https://orcid.org/0000-0002-8107-9165>.

como isso se projeta sobre mundividências relativas à noção de desenvolvimento humano e de conquistas civilizacionais. No que pode ser interpretado como indicação de imparcialidade intelectual, Diodoro sublinha mesmo que todos os povos tendiam a cultivar uma idêntica visão idealizada do passado, fossem eles Gregos ou Bárbaros. Vale a pena recordar parte das suas reflexões (1.9.3):

Sobre a antiguidade do género humano existe controvérsia não apenas entre os Helenos, mas também entre muitos povos bárbaros, pois dizem de si mesmos que, entre todos os homens, eles é que são os *autochthones* e os primeiros inventores de quanto é útil para a vida, e ainda que foram os eventos por eles realizados os primeiros no tempo a serem merecedores de registo.

Na altura em que Diodoro escrevia, o termo *autochthon* já tinha vários séculos de utilização, sendo que o sentido mais neutro correspondia a dizer de alguém que era um ‘natural da terra’ ou ‘nativo’. A interpretação metafóricamente mais forte, e registada sobretudo a partir de finais do séc. V a.C., é a de ‘nascidos da própria terra’ como forma de designar os que ‘havia brotado do próprio solo’, estabelecendo assim uma ligação direta de filiação com o chão pátrio.<sup>2</sup> Inicialmente, porém, *autochthon* não deveria ter esse significado, começando por ser usado para designar um povo que, desde tempos imemoriais, ‘habitara sempre no mesmo solo’, portanto que nunca fora um colono ou invasor. Desse conceito de ‘estar fixado há muito tempo no mesmo lugar’ decorreram depois outras implicações, que se encontram espelhadas no

---

<sup>2</sup> Para um enquadramento do mito da autoctonia em relação com o direito de cidadania em Atenas, vide D. LEÃO, “The myth of autochthony, Athenian citizenship and the right of *enktesis*: a legal approach to Euripides’ Ion”, in B. LEGRAS, G. THÜR (hrsg.), *Symposion 2011. Vorträge zur griechischen und hellenistischen Rechtsgeschichte*. Wien, Österreichische Akademie der Wissenschaften, 2012, pp. 135-152.

passo de Diodoro atrás citado e que importa sublinhar no atual contexto: a ideia de um povo ser o ‘primeiro inventor’ (*protos beuretes*) das várias artes, bem como a opção de cultivar a terra e o grão (inseparável do abandono do nomadismo): em suma, de fazer tudo aquilo que distingue e marca um estágio civilizacional mais avançado. Significativo é que Diodoro mencione também, num padrão de equivalente importância, a capacidade para levar a cabo ‘feitos assinaláveis’ (*praxeis*) e a consciência de que vale a pena ‘registá-los por escrito’ (*anagraphé*), garantindo assim a sua preservação e a transmissão à posteridade.

É neste ponto que a evocação de Diodoro nos leva ao encontro deste segundo volume dedicado à História do Livro e da Edição, organizado sob o lema agregador “Do manuscrito ao livro impresso”. Ao longo de onze capítulos, precedidos de uma introdução que enquadra o livro num plano de atividades mais amplo (decorrentes da Licenciatura em Línguas e Estudos Editoriais e do Mestrado em Estudos Editoriais do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro), os leitores são cuidadosamente guiados através de viagens que marcaram as sagas vividas por manuscritos e livros, as imersões em catálogos e em projetos editoriais, as práticas censórias que por vezes os acompanharam, ou ainda os novos desafios colocados pela adaptação ao universo digital e ao avanço obsidiante dos novos *media*.

Permeados embora pelas marcas do devir temporal, os desafios de base que se colocam a um texto que se pretende preservar continuam a ser, em boa medida, semelhantes: a necessidade de encontrar um suporte material fiável que lhe garanta durabilidade; a premência de atrair leitores e de produzir algum tipo de impacto em quem lê – impacto esse que seja detetável (e também mensurável) pelas marcas que a leitura deixa em novos textos, os quais podem assumir uma panóplia cada vez mais ampla de formatos e de modos de registo.

Perante este *mare magnum* de estímulos vários, nem sempre se revela fácil encontrar o equilíbrio, a opção e o rumo certos. Uma das grandes virtudes deste volume reside, precisamente, em ilustrar alguns desses caminhos seguros, seja enriquecidos pela experiência do passado, seja ainda pela capacidade que mostram de interpretar o presente e de, como um todo, encontrar respostas renovadas para um perene desafio de fundo: compreender e assimilar o ímpeto criador que torna a salvaguarda da escrita e a preservação da memória em tarefas sempre inconclusas e a motivar sempre reavivadas indagações. Por outras palavras, o que faz do trabalho editorial um *opus semper perficiendum*.

*Delfim F. Leão*

Diretor da Imprensa da Universidade de Coimbra